

Estudo Técnico Preliminar 167/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.061017/2024-50

2. Descrição da necessidade

O Instituto de Química e Física da Universidade Federal da Bahia é um prédio projetado para promover a integração com as demais edificações do campus e atender às demandas específicas dos cursos de Química e Física. A construção, que se encontra em fase de conclusão, abriga espaços destinados a atividades acadêmicas e de pesquisa, como secretarias, laboratórios e salas de aula.

A obra, atualmente paralisada, apresenta execução parcial das instalações elétricas, hidráulicas, de proteção contra incêndio (PCI) e de comunicação de dados, etc. Este termo tem como objetivo viabilizar a conclusão das obras do Instituto, priorizando a finalização dos serviços remanescentes.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos "Caderno de Orientações: Descrição Situacional", apêndice deste Termo.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir: DFD173/2023

- I) ID PCA no PNCP: [...]
- II) Data de publicação no PNCP: [...]
- III) Id do item no PCA: [129/2023]
- IV) Classe/Grupo: [542.]
- V) Identificador da Futura Contratação: [...]

A execução dos serviços atenderá à demanda dos cursos dos Intitutos de Química e Física, devendo a edificação atender plenamente às necessidades solicitadas pelo corpo técnico de professores e pesquisadores, criando condições adequadas para as atividades acadêmicas e assistenciais de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia. A UFBA foi contemplada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério da Educação, provenientes do TED nº 14114 (Ação 15R3). Dessa forma, a presente licitação visa concretizar a utilização desses recursos e cumprimento com o referido TED. de Referência.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no documento específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI	Eng. Tatiana Bittecourt Dumet– Superintendente da SUMAI Matrícula/SIAPE: 2199195

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Considerando a condição de continuidade da obra do ANEXO FISICA E QUIMICA, e além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, é possível haver aproveitamento de elementos existentes, tais como portas corta-fogo, esquadrias de alumínio, eletrodutos, equipamentos da subestação, serviços de contrapiso e impermeabilização, chapim, peitoril e soleira. E por isso devem ser atendidos requisitos técnicos, caso haja reparação e/ou recuperação de algum elemento, dando condições plenas de uso e eficiência da vida útil, estas comprovadas por ensaios conforme normas e especificações técnicas.

A CONTRATADA será responsável pela acomodação, transporte e destinação correta de todos os resíduos de construção gerados durante a execução das obras, inclusive pela devida e correta destinação final conforme legislação em vigor.

A CONTRATADA deverá fornecer certificados de qualidade e rastreabilidade da matéria prima dos materiais aplicados na obra a cada medição.

O objeto contratado deve atender à legislação federal, estadual e municipal referente à sustentabilidade, dentre estas:

A Lei Federal nº. 14.133, artigo 5º;

A Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente;

A Lei Federal nº 12.187/09 - Política Nacional sobre Mudança do Clima

A Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais

O Decreto Federal 10.936/22 - regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MP;

A Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

A Lei Estadual nº 12.932/14 – Política Estadual de Resíduos Sólidos

A Resolução CONAMA 307/02 e posteriores alterações;

A Resolução CONAMA nº 382/06 e posteriores alterações;

A Resolução CONAMA nº 01/90;

A CONTRATADA deve utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

A CONTRATADA deve comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, conforme o caso;

A CONTRATADA deve observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;

A CONTRATADA deve elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC) da obra, em consonância com a legislação ambiental supramencionada;

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil deverá prever a segregação dos resíduos sólidos gerados no canteiro de obra, de acordo com suas respectivas classes, e a destinação final ambientalmente adequada para cada uma delas (Art. 10 Resolução CONAMA 307/02).

A CONTRATADA deverá apresentar comprovação, por escrito, da destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução da obra, de acordo com suas respectivas classes, sob pena de responsabilização, nos termos da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98);

A forma de armazenamento dos resíduos de construção civil no canteiro de obras deverá obedecer a projeto prévio apresentado pela CONTRATADA, e ser realizado de forma organizada. As retiradas de resíduos deverão ser realizadas com frequência adequada para evitar o acúmulo nas áreas da Universidade e consequente poluição do solo, dos corpos d'água e proliferação de vetores transmissores de doenças;

Os resíduos comuns recicláveis (papéis, papelões, metais, plásticos e vidros) gerados na obra deverão ser encaminhados para o Programa Recicle UFBA, localizado no *campus* Ondina da UFBA e em horário agendado com a Fiscalização;

A CONTRATADA deverá incluir em seu Plano de Gerenciamento de Resíduos uma abordagem para resíduos passíveis de logística reversa (pilhas, baterias, lâmpadas usadas, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, toners, dentre outros), prevendo que os mesmos sejam devolvidos para os respectivos fabricantes ou programas de logística reversa por estes financiados, para que tenham destinação final ambientalmente adequada.

Atendendo às leis nacionais relativas ao meio ambiente e à jurisprudência brasileira, é proibida a utilização de amianto na obra.

Deverão ser utilizadas preferencialmente tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo, conforme especificação técnica dos projetos e de acordo com as instruções normativas e legais atualizadas.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

A CONTRATADA deverá executar técnicas de construção que reduzam a emissão de poeira e de material particulado.

Quando não for possível a redução na geração, a CONTRATADA pode aspergir água constantemente para evitar que o material particulado permaneça em suspensão.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151/2019 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152/2017 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento correto do canteiro de obras por meio de tecnologias que permitam maior exatidão no cálculo e controle de materiais necessários, reduzindo os desperdícios e a geração de resíduos sólidos.

Visando a redução do consumo de papel e consequentemente da geração de resíduos sólidos, a CONTRATADA deverá priorizar formas de comunicação não impressas, a exemplo de e-mails, aplicativos de mensagens, dentre outros.

A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de água e energia elétrica durante a execução da obra.

Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar um treinamento formal de seus empregados, visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante da realização desse treinamento para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA, em hipótese alguma, poderá atuar de forma contrária à Política Ambiental da Universidade (Resolução CONSUNI nº 10/23), colocando em risco a qualidade ambiental de todo o *campus* universitário no que tange a sua flora, fauna e corpos d'água existentes em sua área.

A CONTRATADA deverá atender às disposições da Portaria 198/2023 da UFBA, que dispõe sobre a criação do Programa UFBA Plástico Zero e a proibição de comercialização e uso de recipientes e embalagens descartáveis de material plástico ou similares no âmbito da Universidade.

A CONTRATADA deverá evitar, ao máximo, situações contínuas de acúmulo de água que propiciem a proliferação de vetores, em especial do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Zika, e Chikungunya.

A CONTRATADA deverá dar prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução da obra.

Indicação de marcas ou modelos

O presente Termo admite a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e especificações contida no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional", apêndice deste Termo de Referência.

Para efeito de equidade comparativa durante as ofertas da disputa, as especificações contidas nos Projetos, Especificações Técnicas ou atualizadas no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional" não poderão ser desconsideradas tampouco alteradas, não sendo aceitas cartas de solidariedade emitidas pelo fabricante que assegurem e apresentem prova de qualidade do produto como similar àqueles indicados nas especificações técnicas.

Subcontratação

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

A subcontratação fica limitada a 30% do valor do contrato, devendo a proponente discriminar quais serviços serão subcontratados.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

É vedada a subcontratação de empresa que possua qualquer restrição de contratação com a UFBA.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas neste Termo de Referência.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, caução ou fiança bancária, a parte adjudicatária deverá apresentá-la como condição para assinatura do contrato.

Só será aceito seguro-garantia de instituições devidamente registradas no Banco Central.

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, uma vez que se trata de uma obra com vulto muito superior à média usual das obras realizadas pela Universidade. Além disso, a 3ª etapa da BIBFFCH envolve grandes quantitativos de atividades de considerável complexidade, exigindo trabalho em altura para instalações em laje e escavações para execução de estrutura enterrada. Todo esse panorama serve de justificativa para o incremento no percentual exigido para garantia.

Para propostas finais com desconto superior a 15% (quinze por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, conforme o art. 59, § 5º da lei 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 15h.

A visita deverá ser agendada junto a Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento da SUMAI/UFBA, através dos telefones (71) 3283-5812/ 3283-5836 ou dos endereços eletrônicos cor.sumai@ufba.br; sumai@ufba.br, e deverá ser realizada no período de segunda a sexta-feira, de 08h às 15h.

O documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria devem ser anexados ao correio eletrônico de solicitação de visita.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação da licitação, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no respectivo apêndice.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Será permitido o uso de VANT's para verificação de áreas de difícil acesso, a exemplos das fachadas, passarelas e cobertura, desde que apresentada a documentação de liberação do voo previamente anexada no correio eletrônico de marcação da visita

5. Levantamento de Mercado

Os serviços foram cotados a partir da base de dados do SINAPI e/ou ORSE

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional", apêndice deste Termo de Referência.

O Instituto de Química e Física da Universidade Federal da Bahia é um prédio projetado para promover a integração com as demais edificações do campus e atender às demandas específicas dos cursos de Química e Física. A construção, que se encontra em fase de conclusão, abriga espaços destinados a atividades acadêmicas e de pesquisa, como secretarias, laboratórios e salas de aula. A obra, atualmente paralisada, apresenta execução parcial das instalações elétricas, hidráulicas, de proteção contra incêndio (PCI) e de comunicação de dados, etc. Este termo tem como objetivo viabilizar a conclusão das obras do Instituto, priorizando a finalização dos serviços remanescentes.

Este termo se refere à continuidade das obras do ANEXO FÍSICA E QUÍMICA, incluindo a conclusão de todos os serviços necessários ao funcionamento da edificação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades foram levantadas a partir das plantas de arquitetura e engenharia e constam da planilha de custo do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.000.000,00

Valor Total Estimado do Serviço: **R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

A UFBA foi contemplada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério da Educação, provenientes do TED nº 14114 (Ação 15R3). Dessa forma, a presente licitação visa concretizar a utili

Fonte de Recursos:

Fonte de Recursos: TED 14114/2024 –nas ações 15R3 e 8282, Fonte Tesouro, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme, Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Os serviços de obra civil de conclusão de edificação não é tecnicamente viável quando parcelado.

Por se tratar de um serviço de engenharia (OBRA) que envolve uma única finalidade, na mesma edificação sede da unidade acadêmica não há possibilidade de ser parcelado, sob pena de ser parcialmente realizado ou haver conflito entre as parcelas executadas de forma independente com cronogramas diferentes.

Dessa forma uma única empresa deverá realizar os serviços atendendo ao cronograma de obra.

Por tanto, em se tratando de obra de engenharia e para um melhor atendimento ao objetivo pretendido, não haverá parcelamento da solução e será adotado um cronograma de obra único sob a responsabilidade de profissional habilitado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de uma licitação de serviços comum de engenharia, semelhante a muitas já realizadas pelo órgão demandando sempre aditivos em contratos pré-existentes de manutenção ou limpeza e de serviços continuados.

O objeto desta licitação deverá, após finalizado, entrar nos contratos vigentes a exemplo: MANUTENÇÃO PREDIAL, TELEFONIA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, SEGURANÇA E PORTARIA E LAVAGEM DE TANQUE etc.

Será necessária licitação para aquisição de novos equipamentos e mobiliários específicos de Laboratórios já em estudos por equipe da SUMAI- INST. QUIMICA E INST. FISICA

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação fez parte do PGC da UFBA A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (SUMAI), tem sob sua responsabilidade zelar pela manutenção e conservação das instalações físicas e espaços comuns da universidade em todos os seus campi.

Id do item no PCA: [129/2023]

Número do Documento de Formalização da Demanda: 173/2023

Fonte de Recursos: TED 14114/2024 – Ação 15R3 e Tesouro Nacional,

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação fundamenta-se na necessidade de concluir as obras do anexo do Instituto de Química e do Instituto de Física, essenciais para ampliar e modernizar a infraestrutura destes institutos, visando atender à crescente demanda por espaços adequados para ensino, pesquisa e extensão. A obra contempla a fase de acabamento e a urbanização das áreas de entorno, garantindo acessibilidade, segurança e conforto para a comunidade acadêmica e visitantes. Este projeto é respaldado nos estudos e diretrizes apresentados no Projeto Básico e nos demais anexos do Edital, que apontam a viabilidade e a importância da execução destas obras para o pleno funcionamento das atividades acadêmicas e científicas da instituição.

13. Providências a serem Adotadas

A Direção do Instituto de Física e Instituto de Química precisará dar acesso à empresa e isolar a área a ser trabalhada, de forma que os transeuntes possam estar protegidos de eventuais acidentes envolvendo os materiais a serem retirados.

Por se tratar de Etapa de conclusão de obra tal rotina e espaço já se encontra disponibilizado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se verifica nenhum impacto ambiental com os serviços a serem realizados fora os previstos e mitigados nos critérios de sustentabilidade do Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta considera viável essa contratação nos termos do termo de referência a ser elaborado com base nesse ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA SOUZA PAIVA CHAMUSCA ASSMAR

Agente de contratação

BRUNO OLIVEIRA SANTANA

Agente de contratação



Emitido em 26/11/2024

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP Nº 3/2024 - SUMAI/UFBA (12.01.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 26/12/2024 10:45)

ANA CAROLINA SOUZA PAIVA CHAMUSCA

ASSMAR

CHEFE - TITULAR

NUPRO/CPR (12.01.08.30.01)

Matrícula: ###466#5

(Assinado eletronicamente em 26/12/2024 10:22)

BRUNO OLIVEIRA SANTANA

ARQUITETO E URBANISTA

NUPRO/CPR (12.01.08.30.01)

Matrícula: ###612#7

(Assinado eletronicamente em 26/12/2024 13:58)

NAIA ALBAN SUAREZ

COORDENADOR(A) - TITULAR

CPR/SUMAI (12.01.08.30)

Matrícula: ###304#9

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2024**, tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **26/11/2024** e o código de verificação: **64b8ca58cd**